

## TERMO DE REFERÊNCIA

(Decreto Legislativo n.º 06/2023, Título II, Seção III)

CCD: 14.01.04.02

Processo de aquisição

**REQUISITANTE:** Setor de Infraestrutura e Logística

### 1. Objeto da contratação

Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de desinsetização, descupinização, desratização e combate a escorpiões e aranhas nos prédios Principal e Anexo da Câmara Municipal de Piracicaba, pelo período de 12 (doze) meses.

### 2. Justificativa

Sendo a única opção viável para garantir a segurança sanitária do ambiente, realizar os procedimentos de desinsetização, descupinização, desratização e combate a escorpiões e aranhas periodicamente é uma prática importante para preservar a saúde, a higiene e a integridade dos ambientes, além de promover um local seguro e confortável para todos os ocupantes.

Nesta esteira, cumpre salientar que novamente foram encontrados diversos escorpiões nos prédios da Câmara, boa parte deles vivos, colocando em risco a saúde e a integridade física dos que por aqui passam. Isto se deve, principalmente, pelo período chuvoso das últimas semanas.

Desta forma, não há outra alternativa além desta para solução do problema apresentado.

Logo, deverão ser executados os seguintes serviços:



#### **a) Desinsetização**

É uma medida preventiva e corretiva essencial para controlar e eliminar a presença de insetos em um ambiente. Insetos, como baratas, formigas, mosquitos e outros, podem ser vetores de doenças e, em muitos casos, representam um risco à saúde humana e à segurança alimentar, além de causarem danos materiais.

Como justificativa, podemos citar:

- 1. Controle de vetores de doenças:** diversos insetos transmitem doenças perigosas, como dengue, zika, chikungunya (mosquitos), e também infecções gastrointestinais (baratas). A desinsetização contribui para reduzir esses riscos.
- 2. Higiene e segurança:** Insetos podem contaminar alimentos e superfícies, o que compromete a higiene e aumenta o risco de contaminação.
- 3. Prevenção de danos:** Certos insetos, como cupins e traças, podem causar danos estruturais e ao patrimônio, afetando móveis, livros, documentos e construções.
- 4. Melhoria do bem-estar e conforto laborais:** A presença de insetos pode causar desconforto e insatisfação nos ambientes. A desinsetização ajuda a manter o ambiente mais agradável e livre de pragas.

#### **b) Descupinização**

Trata-se de uma medida preventiva e de manutenção importante para proteger o patrimônio, garantir a segurança estrutural e evitar prejuízos financeiros.

Tem como justificativa:

- 1. Prevenção de danos estruturais:** Cupins consomem madeira e outros materiais celulósicos, podendo comprometer a estrutura de móveis, portas, janelas e até partes de construções, como vigas e pisos, levando a custos altos de reparo e restauração.



**2. Proteção do patrimônio:** Além de madeira, os cupins podem atacar documentos, livros, obras de arte e itens de valor histórico ou afetivo. A descupinização protege esses bens, preservando o patrimônio institucional.

**3. Controle de infestação:** Cupins se reproduzem rapidamente e, sem controle, uma infestação pode se expandir para áreas extensas em pouco tempo. A descupinização elimina as colônias existentes e evita a propagação para outros locais.

**4. Cumprimento de normas e prevenção de riscos:** Em locais onde a integridade estrutural é essencial, como edifícios públicos e áreas de grande circulação, a descupinização previne o risco de colapsos ou acidentes causados por danos estruturais.

### c) Desratização

Este procedimento garante o extermínio de ratos e roedores, que são responsáveis pela transmissão de uma série de doenças, tais como leptospirose, tifo, salmonelose e hantavirose.

A justificativa para sua contratação engloba:

**1. Controle de vetores de doenças:** A desratização ajuda a reduzir o risco de contaminação e a proliferação de doenças.

**2. Prevenção de danos materiais:** Roedores podem roer fios, tubulações, madeira, alimentos e outros objetos, causando prejuízos materiais, interrupções em sistemas elétricos e até mesmo riscos de incêndios devido a curtos-circuitos.

**3. Segurança alimentar:** Em locais de armazenamento e consumo de alimentos, os roedores representam um risco elevado de contaminação por urina, fezes ou pelo



contato direto. A desratização ajuda a proteger os alimentos e preservar a saúde dos consumidores.

**4. Higiene e controle de pragas secundárias:** Ratos e camundongos atraem outros tipos de pragas, como pulgas e ácaros, que também podem se instalar no ambiente e agravar problemas de saúde e higiene.

**5. Bem-estar e conforto:** A presença de roedores gera desconforto e pode afetar a imagem da instituição, além de provocar medo e insegurança.

#### **d) Controle de escorpiões e aranhas**

O controle destes animais peçonhentos é uma medida de segurança e prevenção de riscos à saúde. Esses seres podem representar uma ameaça em ambientes urbanos e rurais, já que muitos deles são venenosos e podem causar acidentes graves. Abaixo estão as principais justificativas para a realização desse controle:

**1. Prevenção de acidentes graves e envenenamentos:** A Câmara presta atendimento à população em geral. Picadas de escorpiões e de algumas aranhas, como a aranha-marrom e a viúva-negra, podem ser potencialmente letais, especialmente para crianças, idosos e pessoas com saúde fragilizada. O controle ajuda a reduzir a possibilidade de incidentes.

**2. Ambientes mais seguros e habitáveis:** A presença de escorpiões e aranhas causa medo e desconforto para os ocupantes do local. O controle proporciona mais tranquilidade e bem-estar.

**3. Controle de infestações e proliferação:** Escorpiões e aranhas reproduzem-se rapidamente e, uma vez estabelecidos, podem se espalhar por grandes áreas. O controle impede que as infestações cresçam e atinjam locais vizinhos, preservando a segurança da comunidade.



Para melhor controle das pragas, este pedido deverá contemplar 04 (quatro) execuções dos serviços acima descritos, com intervalos de aproximadamente 90 (noventa) dias.

Assim, resta clara a importância e a necessidade da realização dos procedimentos acima listados.

### **3. Forma de contratação**

- 3.1.** Tipo de contratação: Licitação
- 3.2.** Modalidade: Pregão Eletrônico
- 3.3.** Indicação da adoção ou não do SRP: Não
- 3.4.** Critério de julgamento: Menor preço
- 3.5.** Critério de adjudicação: Global
- 3.6.** Permissão para subcontratação: Não

### **4. Requisitos do fornecedor**

**4.1.** A empresa de interessada deve possuir licenças e certificações para operar e aplicar os produtos químicos utilizados nos serviços listados. A equipe deve ser formada por profissionais qualificados e experientes na área, utilizando os materiais e equipamentos adequados. O prestador de serviço deve tomar todas as medidas de segurança necessárias para garantir a segurança dos seus funcionários, dos funcionários da empresa CONTRATANTE e dos usuários do local. A empresa também deve fornecer garantia de qualidade do serviço prestado, podendo ser solicitado o reforço ao longo dessa garantia.

**4.2.** Para levantamento dos procedimentos necessários para realização dos serviços, é recomendável que as interessadas realizem visita aos locais onde serão executadas as aplicações, a fim de proporcionar maior assertividade na formulação da proposta.

**4.2.1.** O agendamento da visita poderá ser realizado através dos telefones (19) 3403-7100 e 3403-6547, de segunda à sexta-feira, das 8h às 17h.



**4.3.** A empresa deverá ter situação cadastral regular para execução do serviço solicitado, conforme legislação em vigor.

## **5. Prazo de vigência e prorrogação contratual**

**5.1.** O prazo de vigência será de 12 (doze) meses a contar da publicação no Portal Nacional de Compras Públicas.

**5.2.** A vigência poderá ser prorrogada por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal 14.133/21.

## **6. Modelo de gestão**

**6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

**6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

**6.3.** A execução do objeto deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato o servidor Thiago Gomes da Costa (e-mail: thiago.gomes@camarapiracicaba.sp.gov.br / telefone: (19) 3403-7100), e a gestão será feita pelo servidor Brígido Fernandes da Cruz Júnior (e-mail: brigido.cruz@camarapiracicaba.sp.gov.br / telefone: (19) 3403-6547), nos termos da Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput.

**6.3.1.** A comunicação entre as partes se dará através dos telefones e e-mails indicados.

**6.3.2.** O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).



- 6.3.3.** O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 6.4.** O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 6.5.** O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 6.6.** Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 6.6.1.** A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 6.7.** As comunicações entre esta Casa e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.8.** A Câmara poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.9.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Câmara Municipal poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial de apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.



## **7. Prazo para início da execução ou entrega do objeto**

**7.1.** O início da execução contratual se dá a partir da divulgação do contrato ou instrumento equivalente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

## **8. Obrigações da CONTRATADA**

**8.1.** Efetuar o fornecimento/execução do objeto, de acordo com as especificações que foram estabelecidas pela Câmara Municipal de Piracicaba;

**8.2.** Arcar com todas e quaisquer despesas, tais como, transporte, entrega e o descarregamento no local determinado, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos, incidentes sobre o fornecimento/execução do objeto.

**8.3.** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até o fornecimento/execução do objeto, incluindo as entregas feitas por transportadoras;

**8.4.** Obedecer às especificações do objeto, observando a qualidade, prazos estabelecidos neste Termo de Referência, bem como a marca, modelo e demais condições constantes da proposta apresentada;

**8.5.** Manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas em lei durante a vigência contratual;

**8.6.** Designar, formalmente, um representante nos casos em que o ajuste se der por Contrato, com poderes para operacionalizar a execução do ajuste, assumindo o gerenciamento de todas as atividades inerentes ao seu fiel cumprimento;

**8.7.** Acatar as recomendações feitas pela fiscalização da Câmara, facilitando a ampla ação desta, com pronto atendimento aos pedidos de esclarecimentos porventura solicitados;

**8.8.** Comunicar, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução do objeto e prestar os esclarecimentos necessários;

**8.9.** Cumprir todas as disposições constantes neste Termo de Referência.

## **9. Modelo de execução do objeto**

**9.1.** Prazo de execução: 12 (doze) meses.





**9.1.1.** Quando for o caso, indicar as etapas/cronograma do serviço, a periodicidade dos serviços, a rotina de execução, como será feita a medição dos serviços, quando houver, para fins de aferição do valor de pagamento.

**9.2.** Local de execução: Prédio Principal – R. Alferes José Caetano, 834 – Centro – Piracicaba/SP – CEP 13400120 e Prédio Anexo - Prédio Anexo - Rua do Rosário, 833 - CEP 13400-183.

**9.3.** Horário de execução: aos finais de semana e/ou feriados, em data e horário previamente estipulados pela CONTRATANTE.

**9.4.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, por esta Casa, de forma sumária, no prazo de até 03 (três) dias, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, pelo Fiscal/Gestor, que emitirá o recebimento definitivo.

**9.5.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos no prazo máximo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**9.6.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade executada e consequente aceitação mediante termo detalhado ou ateste na nota fiscal.

**9.7.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se a empresa para emissão de Nota Fiscal referente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**9.7.1.** O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

**9.8.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ética profissional pela perfeita execução do contrato.



**9.9.** A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

**9.9.1.** Início da execução do objeto (primeira aplicação): até 05 (cinco) dias a contar da publicação no Portal Nacional de Compras Públicas.

**9.9.2.** O prazo de início da execução do contrato poderá ser alterado conforme interesse da Administração.

**9.9.3.** Os serviços deverão ser realizados em todos os ambientes dos prédios da Câmara (Anexo e Principal), tais como: área de escritórios, área de circulação, área de copas, área de banheiros, sanitários, arquivo, auditórios, refeitórios, pontos de limpeza interna e externa das caixas de esgotos, gorduras, lixeiras, escadas dos prédios, forros, jardins, grupos geradores, nobreaks, terraço e outros locais determinados pela CONTRATANTE.

**9.9.4.** A prestação dos serviços de desinsetização e desratização deverá ocorrer sob demanda, mediante solicitação da CONTRATANTE. A verificação do tratamento adequado deve ser realizada trimestralmente, totalizando quatro aplicações ao longo de um período de 12 meses. É fundamental que esses serviços atendam completamente às necessidades da CONTRATANTE e abranjam todos os espaços dos prédios.

**9.9.5.** A execução do serviço deverá ser programada para ocorrer a cada 3 meses. Para isso, a Câmara deverá acionar a CONTRATADA para realização do serviço dentro do prazo estabelecido.

**9.9.6.** Os serviços deverão ser executados após o horário de expediente ou nos finais de semana e feriados, em datas e horários estipulados pela CONTRATANTE de forma a não prejudicar a rotina normal da Administração.

**9.9.7.** As aplicações serão de acordo com os produtos descritos ou produtos similares incolores, inodoros, inofensivos à saúde humana e eficazes no combate e extermínio de ratos, baratas, escorpiões, aranhas, insetos etc.

**9.9.8.** O aspecto continuado da presente contratação se justifica por se tratar de objeto que deve ser conjugado com o serviço de limpeza e conservação, necessitando, desta forma, estar à disposição da Administração de forma constante.



**9.9.9.** A garantia média da duração dos efeitos dos produtos aplicados será de, no mínimo, 90 dias, em que as substâncias usadas nas aplicações ficam ativas no local, segundo as fabricantes. Portanto, uma frequência média ideal para desinsetizar é de 3 (três) em 3 (três) meses.

**9.10.** Poderão ser utilizados diversos métodos de aplicação para eliminar pragas em geral, como: pulverização de ambientes, tratamento com gel ou pó químico, tratamento com sistema aerossol, polvilhamento e armadilhas. A empresa CONTRATADA deverá avaliar as situações de infestações de momento, em cada ambiente, para escolha dos métodos e produtos adequados.

**9.11. Procedimentos Desinsetização**

**9.11.1.** Estas aplicações serão efetuadas, quando couber, nas paredes, pisos e rodapés, nas frestas, reentrâncias, rachaduras, gretas e nichos existentes nas superfícies e junções de pisos com paredes, caixas de esgoto e de gordura, galerias de águas pluviais, caixas de passagem de telefonia e eletricidade e forros.

**9.11.2.** Os produtos químicos deverão ser apropriados para cada ambiente, como por exemplo: spray, pó, gel e etc., e deverão ser aromáticos, inodoros, inócuos a saúde humana, e não provocarem manchas. Os inseticidas utilizados nos locais de águas paradas para combate as larvas de insetos não deverão ser nocivos às plantas.

**9.11.3.** A desinsetização objetiva a eliminação total de todas as espécies de insetos, larvas, escorpiões, parasitas e demais pragas nocivas à saúde humana. A aplicação deverá ser feita dentro dos prédios, nos esconderijos e locais presumíveis da passagem dos insetos, especialmente em locais escuros, atrás e embaixo de móveis.

**9.12. Procedimentos Desratização:**

**9.12.1.** Estas aplicações deverão ser efetuadas em ambientes onde se denuncie a presença dos roedores nas áreas internas das Unidades.



**9.12.2.** Deverão ser utilizadas iscas pelerizadas e parafinadas de pronto uso e pó de contato para combate aos ratos.

**9.12.3.** O material a ser utilizado na isca deverá ser eficaz, possuir um poder fulminante, com características de matar os roedores, não permitindo, assim, a circulação de ratos envenenados, bem como não permitir que os ratos, depois de mortos, entrem em estado de putrefação, exalando mau cheiro e venham a causar obstrução nas tubulações ou fiquem em locais de difícil acesso.

**9.12.4.** A desratização objetiva à eliminação total de rato através da colocação de iscas nas tocas, ninhos e outros locais onde os roedores vivam e transitam com grande frequência, de modo que todos os ratos possam ter acesso ao veneno.

**9.12.5.** Deverá ser feita uma inspeção após o intervalo de tempo, junto aos pontos de iscagem para retirada dos animais mortos como também a reaplicação no local onde houver consumo, com o intuito de eliminar os roedores que não tiveram acesso às iscas no primeiro tratamento.

**9.13.** Procedimentos Descupinização:

**9.13.1.** Deverá ser analisada a espécie, a proveniência e o grau de infestação, para que possa ser aplicado o tratamento ideal, sendo:

a) SISTEMA CONVENCIONAL: o controle deverá ser realizado através de pulverização, pincelamento de produto cupinicida, utilizando inseticidas na forma líquida ou pó seco (polvilhamento);

b) BARREIRA QUÍMICA (cupim subterrâneo): formação de barreira química horizontal e/ou vertical, com objetivo de eliminar a população local impedindo novas rotas de infestação sejam criadas entre a colônia e o local tratado;

c) INJEÇÃO (Cupim de Madeira Seca ou Brocas): tratamento por injeção diretamente na madeira com pistola dosadora por pressão de produto cupinicida com solvente adequado ao material tratado.



#### **9.14. Procedimentos Controle de Escorpiões e Aranhas**

**9.14.1.** O controle de escorpiões e aranhas deverá ser executado mediante técnicas integradas de manejo e controle de pragas urbanas, priorizando-se ações de caráter preventivo e corretivo, a fim de eliminar os abrigos e focos existentes, bem como impedir a reinfestação nos ambientes internos e externos dos prédios da Câmara Municipal.

**9.14.2.** As aplicações deverão ser realizadas em locais propícios ao abrigo e trânsito desses animais, tais como ralos, frestas, cantos escuros, forros, caixas de inspeção, rodapés, áreas de jardim, depósitos, garagens, almoxarifados e demais dependências onde se verifique ou se presuma a presença de escorpiões e aranhas.

**9.14.3.** Deverão ser empregados produtos químicos específicos e devidamente registrados no Ministério da Saúde/ANVISA, de baixa toxicidade para seres humanos e animais domésticos, inodoros e que não provoquem manchas em pisos, paredes, mobiliário ou demais superfícies tratadas. Os produtos deverão possuir ação residual prolongada e eficácia comprovada contra as espécies-alvo.

**9.14.4.** As técnicas a serem utilizadas poderão compreender pulverização líquida, aplicação de pó seco ou gel, de acordo com a avaliação técnica do profissional responsável e as condições ambientais de cada área tratada, observando-se sempre as boas práticas de segurança e o uso dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

**9.14.5.** A execução do serviço deverá contemplar, quando necessário, a inspeção prévia dos ambientes para identificação de focos e pontos críticos, orientação aos responsáveis sobre medidas preventivas de limpeza e vedação de frestas, bem como registro fotográfico e relatório técnico



contendo as áreas tratadas, tipo de produto aplicado, dosagem e forma de aplicação.

**9.14.6.** O objetivo do controle de escorpiões e aranhas é a redução e eliminação desses animais peçonhentos, assegurando-se a proteção dos usuários, servidores e visitantes das instalações da Câmara Municipal, em consonância com as normas de saúde pública, segurança e preservação ambiental.

**9.14.7.** Todas as atividades deverão observar as legislações vigentes relacionadas ao controle de pragas urbanas, normas da Vigilância Sanitária e os princípios da Lei nº 14.133/2021, garantindo a eficiência na execução, a economicidade, o tratamento isonômico e o atendimento ao interesse público, com ênfase na segurança e bem-estar da coletividade.

**9.15.** Condições gerais de execução:

**9.15.1.** A execução dos serviços deverá ocorrer nos locais estabelecidos no item 9.2 deste Termo de Referência, mediante agendamento prévio, conforme solicitação da CONTRATANTE.

**9.15.2.** Conforme a Resolução RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009 da ANVISA, no comprovante de execução de serviço deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) nome do cliente;
- b) endereço do imóvel;
- c) praga(s) alvo, escrito por extenso, dos serviços por praga(s) alvo;
- d) data de execução dos serviços;
- e) prazo de assistência técnica;
- f) grupo(s) químico(s) do(s) produto(s) utilizado(s);
- g) nome e concentração de uso dos produtos eventualmente utilizados;
- h) orientações pertinentes ao serviço executado;
- i) nome do responsável técnico com o número do seu registro no Conselho correspondente;



j) identificação da empresa especializada prestadora do serviço, com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitárias e ambiental com seus respectivos prazos de validade;

k) número do telefone do Centro de Informação Toxicológica; e

l) certificado de garantia deverá constar identificação da CONTRATADA com: razão social, nome fantasia, endereço, telefone e números das licenças sanitária e ambiental da empresa no órgão competente, seu prazo de validade, a validade da garantia do serviço e, em seu verso, deverá constar as condições básicas de higiene e orientações sobre a garantia do serviço.

**9.15.3.** Para a execução dos serviços é imprescindível que a CONTRATADA observe as normas de prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas, aprovada pela Resolução – RDC nº 52, de 22 de outubro de 2009 da ANVISA, bem como, assegurar o prazo de garantia expresso na proposta de preço oferecida na licitação.

**9.15.4.** Todas as aplicações serão realizadas com emprego de recursos próprios, inclusive produtos, em todas as áreas internas das unidades relacionadas neste termo, conforme descrição dos serviços, garantia e condições constantes deste Termo de Referência.

**9.15.5.** A empresa será chamada, quando localizado algum foco de praga, observado o prazo de garantia legal.

**9.15.6.** A CONTRATADA deverá dar uma garantia de 90 (noventa) dias após cada aplicação.

**9.15.7.** A CONTRATADA obriga-se a prestar pronto atendimento às solicitações da CONTRATANTE, com vista a eliminar a existência de insetos, baratas, ratos, etc. que porventura venham a surgir nos intervalos entre as aplicações, bem como corrigir falhas que tenham ocorrido proveniente das aplicações anteriores, dentro do prazo da garantia, bem como corrigir possíveis falhas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a solicitação.

**9.15.8.** Caso a CONTRATADA não dê o atendimento às solicitações Câmara, no prazo acima estabelecido, para eliminar as pragas que eventualmente





apareçam ou para a correção das possíveis falhas, serão aplicadas as penalidades previstas no contrato.

**9.15.9.** As chamadas para o pronto atendimento de correção (aplicação corretiva) ou de reforço não implicarão em qualquer ônus adicional ao contrato.

**9.15.10.** A CONTRATADA deverá aplicar dentro do período de garantia tantas aplicações corretivas forem necessárias para corrigir as possíveis aparições de vetores e pragas.

**9.15.11.** Na execução dos serviços, a CONTRATADA deverá atender a todas as exigências constantes da RDC nº 52/2009 da ANVISA e mais:

**9.15.11.1.** A CONTRATANTE deverá manter equipe para atendimento e execução total dos serviços de acordo com as aplicações e eventuais necessidades de reforço. A equipe de atendimento deverá ter EPI's e estar devidamente uniformizada e identificada através de crachás.

**9.15.11.2.** O responsável técnico pelo acompanhamento dos serviços, deverá ser um profissional que possua nas suas atribuições do Conselho de Classe respectivo, competência para exercer tal função, devidamente registrado no conselho específico da categoria. Este profissional deverá responder pela aquisição, utilização e controle dos produtos utilizados.

**9.15.11.3.** A CONTRATADA deverá apresentar relação nominal e número de documento de identificação do quadro de funcionários destacado para essas atividades em cada imóvel da CONTRATANTE para prévia autorização de entrada nesses imóveis da Gerência Executiva específica para a prestação de serviços.

**9.15.11.4.** A CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE a relação nominal:

a) dos equipamentos de proteção individual (EPIs) a serem utilizados na realização dos serviços;





b) dos produtos com os respectivos registros na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); c) dos materiais de consumo, equipamentos a serem usados nos serviços, que deve estar acompanhado de toda a documentação que possibilite identificar a qualidade dos produtos oferecidos e validade.

**9.16.** Das características técnicas dos produtos:

**9.16.1.** Caberá à CONTRATADA executar os serviços em estrita conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução RDC ANVISA nº 52 /2009, destacando-se as metodologias direcionadas para a redução do impacto ao meio ambiente, à saúde do consumidor e do aplicador dos produtos.

**9.16.2.** Os produtos utilizados nas aplicações deverão ter no mínimo as seguintes características:

- a) Não causarem manchas;
- b) Serem antialérgicos;
- c) Tornarem-se inodoro após 90 (noventa) minutos da aplicação;
- d) Serem inofensivos a saúde humana;
- e) Nas áreas onde o contato humano com o preparado químico for constante, deverá este ser de total antitoxibilidade, inodoro após, no máximo 90 (noventa) minutos da aplicação, devendo, ainda, possuir as propriedades de não manchar e ser incolor;
- f) Estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pelas normas dos órgãos reguladores.

**9.16.3.** Os produtos utilizados, além de obedecerem às exigências prescritas nos itens anteriores, deverão ser de primeira qualidade e devidamente licenciados pela entidade sanitária pública competente (registrados na Anvisa), conforme Lei federal nº 6.360, de 1976 (Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências.), Decreto nº 8.077, de 2013



(Regulamenta as condições para o funcionamento de empresas sujeitas ao licenciamento sanitário, e o registro, controle e monitoramento, no âmbito da vigilância sanitária, dos produtos de que trata a Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, e dá outras providências), e RDC ANVISA Nº 52, DE 22 DE OUTUBRO DE 2009 (Dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências).

**9.17. Local e horário da prestação dos serviços**

**9.17.1.** Os serviços serão prestados nos horários e dias estipulados pela CONTRATANTE, sempre por profissionais com os conhecimentos necessários sobre as ferramentas, equipamentos, peças, técnicas e itens envolvidos, de modo a não prejudicar o funcionamento do edifício, tampouco o bom andamento das atividades de seus ocupantes.

**9.18.** Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, promovendo sua substituição quando necessário, conforme metodologia discriminada neste Termo de Referência.

**9.19. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:**

**9.19.1.** Os serviços deverão ser executados por profissionais devidamente capacitados e identificados.

**9.19.2.** A CONTRATADA deverá utilizar profissionais em número adequado para execução dos serviços propostos.

**9.19.3.** A CONTRATADA deverá utilizar equipamentos em número suficiente para aplicação dos produtos sem interrupção na sua aplicação, bem como contar com equipamentos reservas para possíveis substituições em caso de defeito.



**9.19.4.** Os funcionários da CONTRATADA deverão apresentar-se, ao local da execução, devidamente uniformizados e com equipamentos de proteção individual (EPI) adequados para o desempenho das atividades.

**9.19.5.** Os produtos utilizados deverão ser de primeira qualidade e apropriados para a eliminação de: insetos, aracnídeos, escorpiões, roedores, piolhos de pássaros e, além dos citados, nas áreas de arquivos e depósitos, deverá ser utilizado produto para combater traças e cupins.

**9.19.6.** Além dos citados, nas áreas de arquivos e depósitos, deverá ser utilizado produto para combater traças e cupins.

**9.19.7.** Quaisquer danos ocorridos nas instalações, ocasionados por acidente ou imperícia dos prepostos da CONTRATADA, quando da execução dos serviços, serão de inteira responsabilidade e ônus da mesma.

**9.19.8.** A ocorrência de mal físico ou quaisquer acidentes em preposto da CONTRATADA ou a terceiros em virtude de imperícia e cuidados na utilização, guarda ou manuseio dos produtos utilizados, será de inteira responsabilidade da empresa CONTRATADA.

**9.19.9.** A CONTRATADA não deverá expor seus funcionários e terceiros a exposição direta aos produtos aplicados.

**9.19.10.** A CONTRATADA quando utilizar o tipo de aspersão de "FOGO", devendo a mesma se responsabilizar em comunicar o corpo de bombeiros de cada localidade quanto ao uso desse produto e a data de sua aplicação.

**9.19.11.** Concluída a dedetização, a área deverá ser entregue limpa e desimpedida de quaisquer entulhos, equipamentos e/ou restos de materiais.

**9.19.12.** As empresas especializadas deverão possuir responsável técnico devidamente habilitado para o exercício das funções relativas às atividades pertinentes ao controle de vetores e pragas urbanas, devendo apresentar o registro da empresa junto ao respectivo Órgão Regulador. Tudo em conformidade com Resolução - RDC ANVISA Nº 622, de 09 de março de 2022. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021).



**9.20.** Com a finalidade de resguardar a efetividade dos resultados e a eficácia dos serviços, estipular-se-á garantia dos serviços prestados pelo período de 90 (noventa) dias após cada execução, bem como a previsão de atendimento de reforço a ser realizado pela empresa CONTRATADA em caso de aparecimento de praga/vetor urbano para a manutenção das condições de higiene e salubridade do ambiente.

## **10. Penalidades**

**10.1.** O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - Dar causa à inexecução parcial ou total do ajuste;
- II - Dar causa à inexecução parcial do ajuste que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- IV - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- V - Não celebrar o ajuste ou não entregar a documentação exigida, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VI - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- VII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o processo ou a execução do ajuste;
- VIII - Fraudar o processo de contratação ou praticar ato fraudulento na execução do ajuste;
- IX - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- X - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XI - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- XII - Dar causa à inexecução total do ajuste.



**10.2.** Pelas infrações administrativas previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, a Câmara Municipal de Piracicaba poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

I - Advertência;

II - Multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e no máximo 30% (trinta por cento) sobre o valor da obrigação não adimplida;

III - Impedimento de licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta no âmbito do Município de Piracicaba, na forma do artigo 156, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

**10.2.1.** A sanção prevista no inciso I do item acima será aplicada exclusivamente pela infração prevista no inciso I do item anterior, caso não se justifique imposição de penalidade mais gravosa.

**10.2.2.** A sanção prevista no inciso II do item acima será aplicada por qualquer das infrações previstas no item anterior.

**10.2.3.** A sanção prevista no inciso III do item acima será aplicada pelas infrações previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item anterior, bem como pelas infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo item.

**10.3.** Na aplicação das sanções serão considerados a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**10.4.** As infrações administrativas serão apuradas através de processo sancionatório e todas as intimações e comunicações a respeito do referido processo se darão através do e-mail cadastrado no SICAF, comprometendo-se a licitante a manter atualizados esses dados.

**10.5.** No processo sancionatório também serão consideradas as disposições constantes no Ato da Presidência n.º 11/2024 (<https://www.legislacaodigital.com.br/Piracicaba-SP/AtosPresidencia/11-2024/Arquivos/2>).



## **11. Forma de pagamento**

**11.1.** O(s) pagamento(s) será(ão) realizado(s) após a apresentação da nota fiscal/fatura e documentos exigidos, se houverem, em até 15 (quinze) dias do atesto de recebimento definitivo pelo gestor.

**11.1.1.** Os pagamentos serão realizados em 04 (quatro) parcelas, correspondentes às 04 (quatro) etapas de execução dos serviços, previstas para ocorrer ao longo da vigência contratual de 12 (doze) meses.

**11.1.2.** Cada pagamento será efetuado após a execução e aprovação da respectiva etapa, mediante a apresentação da nota fiscal correspondente, devidamente atestada pela fiscalização do contrato.

**11.1.3.** Antes do pagamento, será procedida consulta online junto aos órgãos correspondentes, para verificação da situação dessa, relativamente à Certidão Negativa de Débito relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, ao Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como demais documentos exigidos para assinatura do contrato ou que se fizerem necessários.

**11.2.** O pagamento será creditado em favor da CONTRATADA, por meio de ordem bancária ou boleto, devendo para isto ficar explicitado na proposta ou nota fiscal o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

## **12. Condições de reajuste**

**12.1.** Os preços serão fixos e irrevogáveis para um período de 12 (doze) meses, contados da data da elaboração do orçamento estimado.

**12.2.** Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação do índice a ser indicado pelo Setor de Compras e Contratos, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas a ocorrência da anualidade.



**12.2.1.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**12.3.** O reajuste será aplicado para entregas/serviços realizados a partir do 1º dia do 13º mês.

### **13. Garantia contratual**

**13.1.** Não será exigida garantia contratual para esta contratação.

### **14. Especificações técnicas e quantidades**

O contrato contemplará a realização / execução de 04 (quatro) aplicações dos serviços contratados, com intervalo de aproximadamente 90 (noventa) dias, resultando na completa proteção dos prédios pelo período de 12 (doze) meses.

Assim sendo, deverão ser executados os seguintes serviços:

#### **A) Desinsetização**

É uma medida preventiva e corretiva essencial para controlar e eliminar a presença de insetos em um ambiente. Insetos, como baratas, formigas, mosquitos e outros, podem ser vetores de doenças e, em muitos casos, representam um risco à saúde humana e à segurança alimentar, além de causarem danos materiais.

Como justificativa, podemos citar:

**1. Controle de vetores de doenças:** diversos insetos transmitem doenças perigosas, como dengue, zika, *chikungunya* (mosquitos), e também infecções gastrointestinais (baratas). A desinsetização contribui para reduzir esses riscos.

**2. Higiene e segurança:** Insetos podem contaminar alimentos e superfícies, o que compromete a higiene e aumenta o risco de contaminação.

**3. Prevenção de danos:** Certos insetos, como cupins e traças, podem causar danos estruturais e ao patrimônio, afetando móveis, livros, documentos e construções.





**4. Melhoria do bem-estar e conforto laborais:** A presença de insetos pode causar desconforto e insatisfação nos ambientes. A desinsetização ajuda a manter o ambiente mais agradável e livre de pragas.

### **B) Descupinização**

Trata-se de uma medida preventiva e de manutenção importante para proteger o patrimônio, garantir a segurança estrutural e evitar prejuízos financeiros.

Tem como justificativa:

**1. Prevenção de danos estruturais:** Cupins consomem madeira e outros materiais celulósicos, podendo comprometer a estrutura de móveis, portas, janelas e até partes de construções, como vigas e pisos, levando a custos altos de reparo e restauração.

**2. Proteção do patrimônio:** Além de madeira, os cupins podem atacar documentos, livros, obras de arte e itens de valor histórico ou afetivo. A descupinização protege esses bens, preservando o patrimônio institucional.

**3. Controle de infestação:** Cupins se reproduzem rapidamente e, sem controle, uma infestação pode se expandir para áreas extensas em pouco tempo. A descupinização elimina as colônias existentes e evita a propagação para outros locais.

**4. Cumprimento de normas e prevenção de riscos:** Em locais onde a integridade estrutural é essencial, como edifícios públicos e áreas de grande circulação, a descupinização previne o risco de colapsos ou acidentes causados por danos estruturais.





### **C) Desratização**

Este procedimento garante o extermínio de ratos e roedores, que são responsáveis pela transmissão de uma série de doenças, tais como leptospirose, tifo, salmonelose e hantavirose.

A justificativa para sua contratação engloba:

- 1. Controle de vetores de doenças:** A desratização ajuda a reduzir o risco de contaminação e a proliferação de doenças.
- 2. Prevenção de danos materiais:** Roedores podem roer fios, tubulações, madeira, alimentos e outros objetos, causando prejuízos materiais, interrupções em sistemas elétricos e até mesmo riscos de incêndios devido a curtos-circuitos.
- 3. Segurança alimentar:** Em locais de armazenamento e consumo de alimentos, os roedores representam um risco elevado de contaminação por urina, fezes ou pelo contato direto. A desratização ajuda a proteger os alimentos e preservar a saúde dos consumidores.
- 4. Higiene e controle de pragas secundárias:** Ratos e camundongos atraem outros tipos de pragas, como pulgas e ácaros, que também podem se instalar no ambiente e agravar problemas de saúde e higiene.
- 5. Bem-estar e conforto:** A presença de roedores gera desconforto e pode afetar a imagem da instituição, além de provocar medo e insegurança.

### **D) Controle de escorpiões e aranhas**

O controle destes animais peçonhentos é uma medida de segurança e prevenção de riscos à saúde. Esses seres podem representar uma ameaça em ambientes urbanos



e rurais, já que muitos deles são venenosos e podem causar acidentes graves. Abaixo estão as principais justificativas para a realização desse controle:

**1. Prevenção de acidentes graves e envenenamentos:** A Câmara presta atendimento à população em geral. Picadas de escorpiões e de algumas aranhas, como a aranha-marrom e a viúva-negra, podem ser potencialmente letais, especialmente para crianças, idosos e pessoas com saúde fragilizada. O controle ajuda a reduzir a possibilidade de incidentes.

**2. Ambientes mais seguros e habitáveis:** A presença de escorpiões e aranhas causa medo e desconforto para os ocupantes do local. O controle proporciona mais tranquilidade e bem-estar.

**3. Controle de infestações e proliferação:** Escorpiões e aranhas reproduzem-se rapidamente e, uma vez estabelecidos, podem se espalhar por grandes áreas. O controle impede que as infestações cresçam e atinjam locais vizinhos, preservando a segurança da comunidade.

Desta forma, resta clara a importância e a necessidade da realização dos procedimentos acima listados.

## **I) Especificações técnicas e quantidades**

Os serviços de desinsetização, descupinização, desratização e combate a escorpiões e aranhas deverão ser realizados nos prédios Principal e Anexo da Câmara Municipal de Piracicaba.

A área total das duas edificações é de aproximadamente 9.500m<sup>2</sup>.

A garantia mínima dos serviços deverá ser de 90 (noventa) dias.

Para pleno cumprimento do objeto, a CONTRATADA deverá observar as seguintes orientações:



**a. Metodologia de aplicação de desinsetização, descupinização e combate a escorpiões e aranhas**

Deverá ser utilizado sistema de cruzamento envolvendo aplicação de “spray”, gel, atomizador e/ou de outros métodos eficientes desenvolvidos após esta contratação, os mesmos deverão ser executados da seguinte maneira:

- i. Aplicação utilizando o método “spray”: composta de produtos químicos devidamente preparados e apropriados para cada local, devendo os mesmos serem inodoros, não provocarem manchas, semilíquidos, inócuos à saúde humana. Esta aplicação deverá ser utilizada em todos os espaços e locais dos Prédios Principal e Anexo da Câmara Municipal de Piracicaba.
- ii. Aplicação utilizando o método gel: aplicação específica utilizando equipamentos especiais os quais irão aplicar o inseticida em todo o mobiliário, equipamentos eletrônicos tais como: computadores, impressoras, telefones, fax etc, se necessário.
- iii. Pulverizador (veneno em pó): aplicado nos jardins para combate a formigas, escorpiões, cupins, e larvas de mosquitos.
- iv. Aplicação de inseticida em locais de abrigo e passagem, como: frestas em paredes, rodapés, cantos de ambientes, porões e áreas úmidas; Em torno de ralos, conduítes, caixas de gordura e outros pontos de entrada.
- v. Efetuar barreiras em portas, janelas e outros pontos de acesso para dificultar a entrada dos escorpiões.

Os produtos utilizados nas aplicações deverão ter no mínimo as seguintes características:

- i. Não causarem manchas;
- ii. Serem antialérgicos;
- iii. Tornarem-se inodoro após 90 (noventa) minutos da aplicação;



- iv. Serem inofensivos a saúde humana;
- v. Nas áreas onde o contato humano, com o preparado químico, for constante, deverá este ser de total antitoxibilidade, inodoro, após no máximo 90 (noventa) minutos da aplicação, devendo, ainda, possuir as propriedades de não manchar e ser incolor;
- vi. Estarem compreendidos dentre aqueles permitidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.

#### **b. Metodologia de aplicação de desratização**

Estas aplicações deverão ser efetuadas em todas as áreas onde denunciem a presença de roedores, incluindo todas as áreas internas e externas.

Deverão ser utilizadas iscas peletizadas e parafinadas de pronto uso e pó de contato para combate aos ratos.

O material a ser utilizado na isca deverá ser eficaz, possuir um poder fulminante, com características de matar os roedores, não permitindo, assim, a circulação de ratos envenenados, bem como não permitir que os ratos, depois de mortos, vão à putrefação, exalando mau cheiro e venham a causar entupimentos nas tubulações.

Fica facultada à CONTRATADA utilizar metodologia semelhante, desde que atinja o mesmo objetivo das elencadas acima.

#### **- Especificação geral recomendada dos materiais a serem utilizados:**

DESINSETIZAÇÃO e DESCUPINIZAÇÃO: produtos de tecnologia moderna, domissanitários, com registro no GGSAN (Gerência Geral de Saneantes do Ministério da Saúde), fotoestável, não corrosivo, incolor, baixo odor, ação tóxica de baixo risco ao ser humano, com acentuado efeito fulminante aos insetos e de longo efeito residual.



DES RATIZAÇÃO: todos os produtos utilizados de efeito anticoagulante de dose única, de segunda geração à base de Brodifacoum, todas as iscas deverão conter Bitrex, substância amarga ao paladar humano, utilizada para prevenir a ingestão humana.

COMBATE à ESCORPIÃO e ARANHA: recomendável a utilização de produtos à base de bendiocarbe, pulverizável, com concentração a 80%.

### **- Das técnicas de aplicações recomendadas**

PULVERIZAÇÃO (spray): emprego de bomba de alta pressão, com pulverização em leque, atingindo 30º de amplitude, de forma a penetrar em todas as frestas e esconderijos de insetos. Aplicações em todos os rodapés (internos e externos), banheiros, portais, caixas de inspeções em geral, lixeiras, sanitários, ralos, depósitos, estoques e demais locais abrangidos pela área total para a prestação do serviço.

ISCAGEM: para controle de roedores e formigas, de ação cumulativa, aplicada em áreas secas, especialmente grelhas, pátios, esgoto, caixas de inspeções, subsolo e demais locais abrangidos pela área total para a prestação do serviço.

### **- Cronograma de Aplicações**

A CONTRATADA deverá executar 04 (quatro) aplicações durante a vigência do contrato, com intervalos de aproximadamente 90 (noventa) dias entre uma aplicação e outra.

As aplicações deverão ser previamente agendadas com a CONTRATANTE e poderão variar em razão de cronograma interno da CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá dar garantia de 90 (noventa) dias após a aplicação.

Em caso de necessidade, a CONTRATANTE poderá, sem qualquer ônus, solicitar nova aplicação (reforço).



A CONTRATADA deverá fornecer previamente o cronograma detalhado dos serviços para aprovação do gestor do contrato.

#### **- Materiais a Serem Disponibilizados**

Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, incluindo os equipamentos de proteção individual (EPI) para seus funcionários, nas quantidades e qualidades necessárias, promovendo sua substituição quando necessário.

<b>Item</b>	<b>Descrição</b>	<b>Quantidade Anual de Aplicações</b>	<b>Unidade</b>
1	Contratação de empresa especializada para execução dos serviços de desinsetização, descupinização, desratização e combate a escorpiões e aranhas nos prédios Principal e Anexo da Câmara Municipal de Piracicaba, pelo prazo de 12 (doze) meses.	4	Serviços

#### **15. Critérios e práticas de sustentabilidade (se for o caso)**

**15.1.** A CONTRATADA será responsabilizada por qualquer prejuízo que venha causar à Câmara Municipal em virtude de ter suas atividades suspensas, paralisadas ou proibidas por falta de cumprimento de normas ambientais ligadas à comercialização do objeto do presente Termo de Referência.

**15.2.** Os equipamentos/materiais/serviços objeto deste Termo de Referência deverão, sempre que possível, seguir as diretrizes de sustentabilidade ambiental, observando-se: menor impacto sobre os recursos naturais; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior vida útil e menor custo



de manutenção do bem; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados na concepção e elaboração dos materiais.

**15.3.** Considerando os riscos potenciais ao meio ambiente e à saúde pública ocasionados pela contratação, caberá à CONTRATADA observar as políticas socioambientais, principalmente o correto descarte e o gerenciamento adequado de resíduos, no que tange à coleta, reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final, assumindo o compromisso de cumprir toda a legislação vigente.

**15.4.** Não obstante, sem prejuízo do indicativo no presente Termo de Referência, a CONTRATADA deverá, ainda:

**15.4.1.** Observar a destinação adequada aos resíduos gerados durante suas atividades;

**15.4.2.** As embalagens dos equipamentos/materiais, quando possível, deverão ser feitas em material reciclável; e

**15.4.3.** Respeitar a legislação e as Normas Técnicas brasileiras – NBR publicadas pela ABNT sobre resíduos, bem como as normas do INMETRO.

## **16. Preços unitários referenciais e totais por item**

Os valores serão apurados pelo Setor de Compras e Contratos através de pesquisa de preços, conforme preceitua artigo 8º, § 3º e seguintes do Decreto Legislativo nº 06/2023.

## **17. Valor estimado da contratação**

Os valores serão apurados pelo Setor de Compras e Contratos através de pesquisa de preços, conforme preceitua artigo 8º, § 3º e seguintes do Decreto Legislativo nº 06/2023.

**18.** Declaramos a impossibilidade de inclusão do objeto como item autônomo em algum processo licitatório da Câmara Municipal, na presente data;

**19.** Declaramos que não há existência de previsão de demanda, ainda no ano corrente, por itens que podem ser adquiridos conjuntamente àqueles que compõem o presente Termo, por este Requirante;



**20.** A demanda consta no Plano de Contratações Anual (2025), disponibilizado no Portal da Transparência e no PNCP na alínea 92.

**21. Estudo Técnico Preliminar**

( ) Em anexo

( **X** ) Não consta, conforme justificativa a seguir, observado o art. 11 do Decreto Legislativo n.º 6/2023:

**II - pelas circunstâncias e elementos consignados no documento de oficialização da demanda, restar evidenciada, de forma inquestionável, a melhor solução para o atendimento da necessidade da Administração;**

**III - a melhor solução para o atendimento da necessidade da Administração for previamente identificada a partir de processos de padronização, pré-qualificação e outros procedimentos similares.”**

Como já mencionado no item 2, para atendimento da demanda, a única opção disponível é a realização dos serviços aqui descritos.

**Data da elaboração: 02/12/2025**

---

**Thiago Gomes da Costa**  
**Agente Administrativo I**

---

**Brígido Fernandes da Cruz Júnior**  
**Chefe do Setor de Infraestrutura e Logística**

---

**Milena Petrocelli Furlan Dionísio**  
**Diretora do Departamento Administrativo**







**Câmara Municipal de Piracicaba**

**ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO DIGITALMENTE PELOS SEGUINTE  
SIGNATÁRIOS:**



Se você deseja verificar a autenticidade deste documento, use o QR Code ao lado,  
ou acesse <https://validar.camarapiracicaba.sp.gov.br> e informe o código **QEVWWUTH**.